

## **GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Secretaria Executiva

## CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE E DE ÁREAS PROTEGIDAS Ata da 21<sup>a</sup> reunião, realizada em 27 de agosto de 2018

Em 27 de agosto de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à 1 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado 2 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo 3 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o 4 presidente Henri Dubois Collet e o presidente suplente Guilherme Augusto 5 Duarte de Faria, representantes da SEMAD. Representantes do poder público: 6 Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento 7 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes): Marilia Jardim de 8 Sousa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Ana Patrícia Gusmão, da 9 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da Fundação 10 de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio Camini, do 11 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis 12 (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de Conservação 13 da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo: Thiago 14 Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais 15 (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária 16 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da 17 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Representantes da 18 sociedade civil: José Hermano Oliveira Franco, da Associação para a Gestão 19 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro Pereira, da 20 Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de Rio Paranaíba; Luiz Artur 21 Castanheira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). 22 Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. 23 Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) ABERTURA. O presidente Henri 24 Dubois Collet declarou aberta a 21ª reunião da Câmara de Proteção à 25 Biodiversidade е de Áreas Protegidas. 3) **COMUNICADOS** 26 CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS. Conselheiro José Hermano Oliveira 27 Franco: "Nós montamos uma chapa para concorrer à eleição do Comitê de 28 Bacia do Rio Pará e fomos vencedores. Então, eu estou como atual presidente 29 do Comitê do Pará, com o IGAM na vice-presidência, a Fiemg com o primeiro 30 secretário, e a Prefeitura de Carmo do Cajuru com o segundo secretário. É um 31 desafio novo, uma forma diferente de enxergar as coisas. Estamos aprendendo 32 muito agora, em contato com a AGB e o IGAM, para entender esse meandro 33 todo e vamos pelejar para ver o que conseguimos primeiro nos comunicar com 34 a Bacia, que está precisando, para depois tentarmos evoluir de alguma forma." 35 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Presidente, em 36

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

oportunidades, eu comentei aqui da preocupação da Faemg com respeito aos destinos do Cadastro Ambiental Rural. Agora, eu sou testemunha de que nós temos uma consultoria altamente qualificada cuidando desse assunto, temos um projeto em andamento, o que torna as coisas muito mais interessantes, muito mais apreciáveis da forma que estava. Nós reconhecemos esse esforço. Mas, no entanto, as preocupações continuam com uma outra visão. E o que eu estou falando aqui não é novidade, mas nós temos que dar publicidade para essas coisas. Nós sabemos que existem dúvidas a respeito. Primeiro que, para trabalhar um decreto ou uma norma para o Programa de Regularização Ambiental (PRA), nós precisamos ter a vida do CAR regularizada, e nós sabemos que não está 100% garantido que todos os cadastros que foram feitos ao longo desses anos permanecem. Existe uma dúvida muito grande a respeito de uma possível perda de dados e informações, que nós temos que equacionar antes de resolver a questão do PAR. Uma outra coisa é a questão da metodologia que foi acertada com aquele esquema das reuniões em grupo lá na rua Espírito Santo, e depois uma reunião com o IEF para ajustar. A Faemg não está reclamando porque está de fora, mas, para quem tem uma aproximação tão grande com os proprietários rurais, nós ficamos meio que perdidos no meio daquela multidão. E a Seapa também, que é um órgão de extrema importância, está lá como convidada. Enfim, isso é tudo motivo de preocupação, porque nós estamos enxergando o seguinte: no grupo que está discutindo lá na rua Espírito Santo são todos profissionais de altíssimo gabarito, extremamente zelosos da sua profissão, mas eu tenho medo de se construir um documento que não atinja as necessidades que nós entendemos que sejam o PRA. O PRA é fazer uma recuperação, recomposição, em alguns casos. Eu aproveito aqui que estou com a palavra para contar a seguinte história. A Faemg foi convidada pelo IGAM para participar e acompanhar a elaboração dos planos de bacia do Leste de Minas. Porque não tem Comitê. Aí chegou para nós uma minuta do que as pessoas que vão fazer os planos de bacia do Leste de Minas acham que têm que fazer. E veio uma minuta de 80 folhas. Eu fui ler a minuta e figuei surpreso que eles fizeram a minuta em cima de uma licitação que tinha 170 folhas. As regras básicas para se construir os planos de bacia estão em duas ou três folhas da legislação, a Lei 13.199, a lei federal e mais uma ou duas deliberações normativas. E eu levei essa discussão para a mesa em que estava presente o grupo de profissionais que la fazer. Então, o que aconteceu com esses planos de bacia? Constrói-se um plano de bacia com mil folhas, a implementação dele fica extremamente complicada. Como se vai pinçar no meio de mil folhas? É mais ou menos do jeito que é o plano de manejo. Então, nós temos medo de que aconteça. A Faemg está muito cautelosa, mas eu fiquei preocupado quando vi. Inclusive, propostas contrariando a legislação, contrariando o Código Florestal. Então, é preciso tomarmos cuidado desde já para que, na hora em que tivermos um decreto, que é um produto final, seja capaz de construir um programa mineiro espetacular de recomposição

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

ambiental, de regularização e tudo mais. Essas são as preocupações da Faemg. Eu não quero aqui discutir essa matéria, só falei das preocupações." Presidente Henri Dubois Collet: "Eu acho que tem uma questão importante, que a nossa proposta nesse trabalho com o PRA é justamente para que possamos abrir para que várias entidades - as entidades que estão participando, que foram convidadas - tenham oportunidade de se manifestarem. Um grande problema que temos muita reclamação é que às vezes não convidamos, e apresentamos um projeto, e em três, quatro, cinco dias está pronto e aprovado. A nossa proposta é que possamos trabalhar com todas as entidades, abrindo ao diálogo, mas tem algumas questões que realmente temos que levar em conta, que algumas normas e decretos que estão ultrapassados não podem mais ser seguidos. Hoje, nós temos uma legislação atualizada. Então, tudo isso vai ser considerado no momento oportuno. Então, figue tranquilo que nós estamos atentos com essa situação. Você comentou a questão dos planos de manejo das unidades de conservação. Eu acho que também não pode ser diferente em outros planos de bacia e planos diversos. Eu tive oportunidade de ver plano de manejo com 3.000 páginas, 5.000 páginas, não sei quantos anexos. E no final eu falo sempre isso com a equipe, você faz um plano de manejo desse para gastar em torno de R\$ 1 milhão, para guardar no arquivo morto no primeiro dia que ele chega. Não é essa a construção que nós temos feito. Nós temos trabalhado com as novas revisões de plano de manejo para trabalhar em um plano de manejo que tenha no máximo 150 folhas. Nós estamos trabalhando com isso, essa é a previsão. No máximo, pois já vimos que tem plano de manejo que pode ter apenas 50 folhas. Então, eu espero que consigamos trabalhar, o que não quer dizer que não será feito. Essa vai ser a bíblia de cabeceira de cada um dos gerentes das unidades e os seus apoiadores também. Então, eu acho que não pode ser diferente também nos Comitês de Bacia, porque, se tiver um plano de manejo de 1.000, 1.500 folhas ou mais, podemos saber que ninquém vai fazer a leitura daquilo como deveria. Então, tem que ser muito prático, muito objetivo, e que tenhamos condição de, efetivamente, fazer com que executemos essas etapas previstas no plano de manejo, que seja para unidade de conservação, seja para Bacias, seja para outros empreendimentos que existem. Em linhas gerais, figue tranquilo. Com relação ao CAR, nós estamos muito atentos. Você viu que houve a migração. Nós começamos isso a partir do final de janeiro, que começamos a trabalhar essa questão. Então, nós estamos muito atentos para que seja construído um bom projeto. Não queremos atropelar, nós temos construído tudo com muita participação, temos convidado várias instituições para nos ajudarem. Não é exclusividade desse gestor do IEF de guerer impor gualquer coisa. Eu acho que nós precisamos sentar mesmo com todas as entidades com que já nos reunimos aqui mensalmente. Então, obrigado pela contribuição, e sempre dê o grito como você tem dado com a gente. Estamos sempre à disposição, pode contar com o nosso apoio." Conselheiro Nino Antônio Camini: "Senhor

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

presidente, tem um aspecto que o Carlos Alberto mencionou que eu acho que vale a pena destacar aqui sob o ponto de vista jurídico. O Carlos Alberto falou que esses planos de bacia, especificamente, estão sendo construídos e aprontando a legislação. Do mesmo modo, nesse último encontro do PRA, houve uma discussão dessa acerca do conflito direto entre as decisões e o quanto isso poderia estar afrontando a legislação. Eu não digo que isso não seja uma preocupação, mas talvez essa preocupação tenha que ser um pouco mais fortalecida quanto a essa questão da segurança jurídica para quem decide, sobretudo quando o trabalho, por exemplo, de plano de bacia, é um trabalho eminentemente técnico. Essa segurança jurídica para que não precisemos ter esse tipo de discussão. Não que ela não seja válida, mas que possamos ter outro tipo de foco ou então já ir para uma reunião com todo o arcabouço jurídico pré-definido para ter respostas rápidas." 4) EXAME DA ATA DA 20<sup>a</sup> REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 20<sup>a</sup> reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 23 de julho de 2018. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2018. 5.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Lavra a céu aberto de minério de ferro. Conceição do Mato Dentro/MG. PA 00472/2007/008/2015. DNPM 830.359/2004. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5.2) Atlântica Agropecuária Ltda. Fazenda Viveiros. Beneficiário primário de produtos agrícolas, cafeicultura, bovinocultura de corte, cafeicultura e citricultura, cultivos agroflorestais com espécies florestais exóticas, culturas perenes. Pirapora/MG. PA 21325/2008/001/2015. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5.3) Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A. Distrito industrial e zona estritamente industrial. Confins/MG. PA 32370/2014/008/2015. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5.4) Mineração Belocal Ltda. Ex-Companhia de Cimento Portland Itaú. de cal virgem, hidratada ou extinta. Arcos/MG. 02480/2004/026/2013. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5.5) Companhia Brasileira de

Alumínio. Extração de minérios de metais não ferrosos. Miraí/MG. PA 165 00309/1996/127/2001. Classe III-A. Apresentação: GCA/IEF. Compensação 166 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos 167 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, 168 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5.6) Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. 169 reieitos/resíduos. Barragem contenção de Araxá/MG. de 170 00078/1980/052/2011, DNPM 035.101/1946. Classe 6. Apresentação: 171 GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do 172 Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, 173 Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5.7) Fazenda 174 citricultura. Cafeicultura е Angelândia/MG. Ltda. 175 06516/2013/001/2014. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Processo retirado 176 ajustes de cálculos. pauta pela Presidência para 5.8) Norflor 177 Agrícolas S/A. Silvicultura. **Empreendimentos** Josenópolis/MG. 178 00215/2008/006/2017. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação 179 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos 180 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, 181 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 5.9) Mineração Córrego Novo Ltda. 182 Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minerais não metálicos, 183 exceto em áreas cársticas. Diamantina/MG. PA 17381/2010/001/2012, DNPM 184 830.661/2009. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental 185 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: 186 Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, 187 Setur e Angá. Ausência: SEE. 6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA 188 EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU 189 SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA 190 ATLÂNTICA. 6.1) Oratórios Engenharia Mineral Ltda. Extração 191 manganês, estradas para transporte de minério/estéril. de 192 infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), pilhas de 193 rejeito/estéril, postos revendedores, postos de abastecimento, instalações 194 de sistemas retalhistas e postos, unidade de tratamento de minerais 195 (UTM). Nazareno/MG. PA 27116/2011/001/2015, DNPM 831.947/2002 e 196 831.972/2005. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. 197 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer 198 Único. Votos favoráveis: ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, 199 UFV, Setur e Angá. Abstenções: Ibama e Fapemig. Ausência: SEE. 6.2) 200 Empresa Construtora Brasil S/A. Usina de produção de concreto comum. 201 Caeté/MG. PA 10679/2015/001/2015. Classe 3. Apresentação: Escritório 202 Regional Centro-Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade 203 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: ICMBio, Sindiextra, Fiemq, 204 Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenções: Ibama e Fapemig. 205 Ausência: SEE. 6.3) São João Energia S/A. Barragem de geração de 206

energia. Caiana/MG. PA 21867/2010/001/2011. Classe 3. Apresentação: 207 Mata/IEF. Compensação ambiental aprovada Regional Escritório 208 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: ICMBio, 209 Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenções: 210 Ibama e Fapemig. Ausência: SEE. 6.4) Mineração Ferro Puro Ltda. Lavra a 211 céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro. Santa Bárbara/MG. 212 24462/2009/001/2010. Classe 3. Apresentação: Supram Central 213 Metropolitana. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos 214 do Parecer Único. Votos favoráveis: ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, 215 Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenções: Ibama e Fapemig. Ausência: SEE. 7) 216 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO 217 AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS 218 MINERÁRIOS. 7.1) Cerâmica e Dragagem Xavier Ltda. Extração de areia 219 para utilização imediata na construção civil. São José da Lapa/MG. PA 220 04513/2008/002/2009, DNPM 834.273/2007. Classe 3. Apresentação: 221 Escritório Regional Centro-Norte/IEF. Compensação ambiental aprovada por 222 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, 223 Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. 224 Ausência: SEE. 7.2) Intercement Brasil S/A. Fabricação de cimento. 225 Ijaci/MG. PA 00010/1999/060/2014. Classe 5. Apresentação: Escritório 226 Regional Sul de Minas/IEF. Compensação ambiental 227 aprovada unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, 228 Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. 229 Ausência: SEE. 8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA CRIAÇÃO DE 230 RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA 231 ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, 232 INCISO II DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) RPPN Marigaia 233 Ambiental. Proprietário: Helcio Gaia Teixeira. Área proposta: 44,3189 ha. 234 Tiradentes/MG. PA 0023502915012017. Apresentação: GCUC/IEF. Aprovada 235 por unanimidade a criação da RPPN nos termos do parecer do IEF. Votos 236 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, 237 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 8.2) RPPN Grota da Serra 2. 238 Proprietário: H2A Empreendimentos e Participações Ltda. Área proposta: 239 5,5688 ha. Mário Campos/MG. PA 0003704815012017. Apresentação: 240 GCUC/IEF. Aprovada por unanimidade a criação da RPPN nos termos do 241 parecer do IEF. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemq, Crea, 242 Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 8.3) RPPN 243 Alto Alegre. Proprietário: CPN Mineração Ltda. Área proposta: 25,5 ha. 244 Jacutinga/MG. PA 1000000479/17. Apresentação: GCUC/IEF. Aprovada por 245 unanimidade a criação da RPPN nos termos do parecer do IEF. Votos 246 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, 247 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 9) CANCELAMENTO DO PLANO DE 248

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

TRABALHO PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO. ERCN/IEF 02/2017. COMPENSAÇÃO MINERÁRIA VALE S/A. APLICAÇÃO DE RECURSOS ADVINDOS DOS PROCESSOS PA 5195/2007/069/2009. PILHA DE REJEITO PDE PONTO 03. MINA DE FÁBRICA. Apresentação: Gerente do Parque Estadual do Sumidouro/IEF. Aprovado por unanimidade o cancelamento do plano de trabalho nos termos do parecer do IEF. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 10) SUBSTITUIÇÃO AO PLANO DE TRABALHO Nº 04/2016 DA PREFEITURA DE ITABIRA. PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO JOSÉ. AQUISIÇÃO DE RIBEIRÃO SÃO BENS E SERVICOS. 00673/2004/002/2007. MINERAÇÃO CANAÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Apresentação: Prefeitura de Itabira. Processo baixado em diligência pela Presidência, após discussões nesta sessão, para realização de um realinhamento, entre a Prefeitura de Itabira e o Instituto Estadual de Florestas, da proposta de substituição do plano de trabalho, considerando, inclusive, outros projetos de unidades de conservação existentes, e apresentação de esclarecimentos quanto à legalidade do pleito do município e de justificativa da disponibilizados. 11) utilização dos recursos **PROCESSOS** não ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECONSIDERAÇÃO AO RECURSO CONFORME DISPÕE O ARTIGO 7, § 4º E § 5º, DO DECRETO Nº 45.175/2009. 11.1) CRH Sudeste Indústria de Cimentos S/A. Ex-Lafarge Brasil S/A. Lavra a céu aberto em áreas cársticas com ou sem tratamento. Arcos/MG. PA 00173/1995/011/2006, DNPM 823.290/1972. Apresentação: GCA/IEF. Recurso deferido por unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenção: Fapemig. Ausência: SEE. 11.2) Supercal Pains Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas tratamento. Arcos/MG. PA com ou sem 5. Classe 00164/1996/006/2007, DNPM 832.483/1986. Apresentação: GCA/IEF. Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenção: Fapemig. Ausência: SEE. 12) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REVISÃO. 12.1) Vale S/A. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Alteamento da Barragem do Itabiruçu. Cota 850 m. Itabira/MG. PA 00119/1986/111/2014, DNPM 930.641/1989. Classe 6. Alteração de prazos para averbação das áreas. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Revisão aprovada por unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 12.2) Vale S/A. Cava da Divisa. Mina de Brucutu. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro, lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco (10.000 t/dia), linhas de

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308 309

310311312

313

314

315

transmissão de energia elétrica, pilhas de rejeito/estéril, unidade de tratamento de minerais (UTM). São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. PA 00022/1995/063/2013 e 06452/2012/001/2013, DNPM nº 5441/1958. Classe 6. Alteração de prazos para averbação das áreas. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Revisão aprovada por unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. 13) PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL RELATIVA AO PERÍODO JUNHO/2015 A ABRIL/2018 REFERENTE AO RECURSO ADVINDO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA A APA SERRA DA PIEDADE. Apresentação: Prefeitura Municipal de Caeté. A CPB tomou conhecimento, nesta sessão, da prestação de contas parcial apresentada pela Prefeitura de Caeté e solicitou a apresentação, pelo Instituto Estadual de Florestas, de um levantamento da situação dos municípios que receberam recursos da compensação ambiental e não efetuaram sua aplicação integralmente, para avaliação da Câmara. 14) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Henri Dubois Collet declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet Presidente da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas